

Ata da 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS e Certificação Profissional

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

RPPS

Data e Horário: 06/12/2022 – 14h às 16h30

Local: remota via Microsoft Teams

Pauta:

- a) Ajustes necessários ao manual do Pró-Gestão relacionados a Portaria 1467/2022
- b) Deliberação sobre a manutenção dos incentivos ao Pró-Gestão
- c) Realocação, priorização dos Grupos de Trabalho

Memória da reunião:

Verificada a presença da maioria dos membros relacionados ao final desta ata, o Presidente da Comissão do Pró-Gestão RPPS (Sr. Miguel Chaves), deu início agradecendo a presença dos membros, declarando aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão. Miguel deu início falando a todos acerca da conquista do Pró-Gestão que recebeu o selo OURO do Fórum Nacional de Modernização do Estado vinculado à Presidência da República, e tendo concorrido com grandes projetos, mostra a importância da certificação para a governança do ente federativo. Feitas as considerações iniciais, Miguel deu início a pauta destacando a importância de a Comissão deliberar sobre a continuidade dos incentivos propostos na versão 3.3 do Manual do Pró-Gestão. A versão atual prevê que a partir de 2023 deverá haver a inclusão gradual de uma ação a cada nível e assim sucessivamente a cada ano. Ficou deliberado que os incentivos oferecidos em 2022 serão mantidos nos anos de 2023 e 2024 a fim de favorecer os entes no alcance da certificação e que o acréscimo nas

ações será implantado apenas em 2025. Quanto a realização do censo previdenciário, o manual prevê que a partir de 2023 o censo, suspenso em razão da pandemia, deve ser realizado para os ativos e que para os aposentados e pensionistas deverá ser feito pelo menos a prova de vida, caso não seja possível a realização do censo previdenciário presencial, que é mais favorável a esse público. A justificativa é dada ao aumento considerável de casos de covid e retorno de algumas medidas de contenção da doença. Os entes que tiverem autorização para utilização do SIRC também utilizá-lo como ferramenta de gestão para a prova de vida. Quanto o incentivo para realização de auditoria não presencial para os entes de pequeno porte que almejem o nível 1, ficou deliberado que esse incentivo não será mantido, considerando o baixo alcance de certificações de entes de pequeno porte no nível 1. Miguel passou a tratar dos grupos de trabalho que precisam ser retomados a fim de dar maior efetividade a várias ações da Comissão. Ficou definido que vamos priorizar o GT para ajustes no conteúdo programático, porém preliminarmente vamos fazer uma enquete com os profissionais já certificados para conhecer suas principais dificuldades na prova, opinião e sugestões quanto as questões propostas pelas entidades certificadoras. Será enviado às associações de RPPS formulário para que nos sejam apresentadas sugestões/contribuições ao conteúdo programático das certificações. Marcos ficou responsável pela criação dos formulários e Marcia fará o envio para às associações. Quanto a enquete com os profissionais certificados, O Daniel Ribeiro irá enviar aos profissionais da Bahia, a Daniela Benayon aos do Amazonas, Daniel Boccardo aos de São Paulo. Será solicitado ainda aos presidentes das associações do ES, MT, RN e RJ que peçam aos profissionais aprovados em seus estados que respondam ao questionário. A partir do envio será dado um prazo de trinta dias para as respostas que será subsídio para o trabalho que irá revisar o conteúdo. Após compiladas as respostas daremos início aos trabalhos do GT-CONTEÚDO formado por Marcia, Gilvan, Marcos, Gustavo, Silvana, Júlio e Daniel Ribeiro (parcialmente). Em seguida iremos priorizar o GT da apostila, seguido pelos GTs órgãos internos e porte especial. O Daniel Ribeiro solicitou que fossem revistos alguns pontos do manual relativos as ações que não dependem do RPPS e o Daniel Kravetz propôs alteração no item que trata do mandato de conselheiros. Miguel sugeriu que eles apresentem propostas de alteração para ser deliberada em reunião

posterior da Comissão. As propostas deverão ser enviadas para análise prévia a Comissão até sexta-feira dia 09/12 no período da manhã.

AVISOS GERAIS:

✓ No dia 12/12 foi agendada reunião às 14h para deliberação das propostas do Daniel Kravetz (sobre mandato de conselheiros) e Daniel Ribeiro (acerca do cumprimento de algumas ações do Pró-Gestão que não dependem da gestão do RPPS).

Encerramento:

✓ o Presidente abriu a palavra para saber se havia algum tema a ser discutido.

✓ Não havendo mais pronunciamento, deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todos.

Em 07 de dezembro de 2022.


Márcia Lúcia Paes Caldas

Secretária-Executiva

Participaram desta reunião: Miguel Antônio Fernandes Chaves, Hélio Carneiro Fernandes-MTP, Márcia Lúcia Paes Caldas-SPREV, Luciano Marques Silva-SPREV, Julio Romeu Maciel dos Santos-SPREV, Gustavo Lopes Sinay- SPREV, Daniel Ribeiro Salvador-BA, Maria Silvana Frigo- APEPREV, Daniel Kravetz-PARANAPREVIDENCIA, Marcos Ferreira Silva TCE-RJ, Daniela Cristina Benayoon-Manaus Previdência, Renato Lhamas- Maranhão Previdência e Daniel Boccardo-APREPEM.